

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 009 - A

PRESIDENTE - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO WILSON TEIXEIRA DENTINHO (*AD HOC*)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO BAÚ (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o nobre Deputado Baú para que assuma a 2ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO BAÚ ASSUME A 2ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Convido o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho para que assuma a 1ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO WILSON TEIXEIRA DENTINHO ASSUME A 1ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - “Ofício nº 013/00, do Diretor-Presidente do DETRAN/MT, comunicando envio de resposta ao Requerimento de Informações nº 251/99, de autoria do Deputado Moacir Pires; Ofício nº 18/00, do Subsecretário de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários; Ofício nº 015/00, do Secretário de Estado de Infra-estrutura; Ofício nº 05/00, do Chefe de Gabinete do Ministro dos Transportes; Ofício nº 032/00, do Secretário de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários; Carta nº 039/00, da Rede/CEMAT, e ainda os Ofícios nºs 2.414/99, 2.419/99, 2.420/99 e 031/00, do Presidente do DVOP, todos em resposta a Indicações dos Senhores Deputados.”

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA).

Sobre a mesa um Requerimento de autoria do Deputado Eliene.

“Nos termos regimentais vigentes, requiero à Presidência, após ouvido o egrégio Plenário, a convocação de uma Sessão Especial, a realizar-se no Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, às 20:00 horas, do dia 22/03/2000, com a finalidade de comemorar o 95º aniversário do Rotary Internacional e homenagear os rotarianos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

O *Rotary* Internacional, fundado em 23/02/1905, em Chicago, pelo norte-americano Paul Pery Harris, nasceu do espírito de tolerância, boa fé e serviço.

Tendo como lema 'Dar de si sem pensar em si', vem desenvolvendo ao longo desses anos, através de seus Distritos, Clubes e Avenidas de Serviços, ações educativas, culturais, edificadoras, conscientizadoras de homens e mulheres, com intuito de transformar o sonho, por um mundo melhor, em realidade.

Os serviços que o *Rotary* Internacional presta à humanidade são incontáveis. Mais de um milhão de rotarianos no mundo defendem e trabalham por objetivos bem definidos, revestidos pelo ideal de servir. Como exemplo podemos citar a campanha da vacinação contra a poliomielite, que é efetuada no mundo todo, integralmente, com recursos financeiros do *Rotary* Internacional, bem como projetos nas áreas de educação, cultura e assistência.

Como diz o Governador 96/97, do Distrito 4440, Emerson Morbeck Mattos: 'Devido à nobreza de sua concepção e à clareza de seus princípios, o *Rotary*, uma idéia ecumênica que se firmou na humanidade, é o instrumento ideal para essa transformação, já que nos oferece enormes possibilidades de participação individual e coletiva'.

Esta Casa de Leis, em reconhecimento a todo esse trabalho humanitário do *Rotary* Internacional, comemorará com a participação da Deputada e Deputados que a compõem, demais autoridades e os rotarianos, o 95º aniversário da instituição, através de Sessão Especial.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 24 de fevereiro de 2000.

Deputado ELIENE - PSB"

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de indagar ao Presidente de quantos minutos eu disponho, pois eu não sei se foi feito algum acordo, porque pelo Regimento Interno são quarenta minutos.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Devido ao acordo feito com as Lideranças Partidárias, foi acertado que no Grande Expediente seriam destinados vinte e cinco minutos a cada orador. Portanto, V. Exª dispõe de vinte e cinco minutos apenas.

O SR. BENEDITO PINTO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu estou de posse da relação dos Projetos que foram vetados pelo Governo, com um total de trinta e dois vetos, mas acho que já devem ter chegado mais alguns.

Nós temos em mãos uma relação de trinta e dois vetos, desses trinta e dois, três são de minha autoria, e eu gostaria de fazer alguns comentários, rapidamente, sobre esses Projetos que foram vetados.

O primeiro é o Veto nº 05, que diz respeito ao Projeto de Lei nº 143/99, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Pesca.

Nós temos, na justificativa deste Veto, quer dizer, a Procuradoria do Estado ateve-se tão-somente a dizer que a matéria é inconstitucional pela iniciativa, uma vez que só o Governo teria a iniciativa para criar cargos, o que não se refere ao Conselho. O Conselho não cria nenhum cargo. O Conselho é constitucional, é uma exigência da Constituição de 89.

O Estado está sendo acionado pelo Ministério Público por não ter essa Lei aqui no Estado, por não ter esse Conselho. Então, eu acredito que houve um equívoco por parte da Procuradoria, quando orientou o Governador a vetar esse Projeto de Lei de tamanha importância para o Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Se não bastasse isso, nós estamos vivenciando, hoje, Deputado Rene Barbour, uma problemática sobre a pesca em Mato Grosso, e eu acho que esse é um assunto que a pessoa tem que ter conhecimento para iniciar uma discussão ampla quanto ao assunto da pesca, por alguns motivos, Deputada Serys.

Vejam bem, nós vivemos num Estado diferente dos outros, Deputado Carlão. Mato Grosso é um Estado diferente de todos os Estados da Federação. O Estado do Pará, o Estado do Amazonas, o Estado de Rondônia, fazem parte da Bacia Amazônica, mas não fazem parte da Bacia do Pantanal. O Estado de Mato Grosso do Sul faz parte da Bacia do Pantanal, mas não faz parte da Bacia Amazônica e nem da Bacia do Araguaia. O Estado de Goiás faz parte da Bacia do Araguaia, mas não faz parte da Bacia Amazônica e nem da Bacia do Paraguai.

Então, constatamos que Mato Grosso é um Estado diferente. E, diante disso, é muito mais difícil uma legislação que atenda a um Estado que comporte a Bacia Amazônica, a Bacia do Paraguai, a Bacia do Pantanal e que faz parte também do seu território uma grande parte da Bacia do Araguaia/Tocantins, que é uma Bacia importante para o Brasil.

Por isso, Deputado Dentinho, há uma complexidade muito maior do que nós pensamos, quanto ao que se está discutindo. Hoje, no Estado de Mato Grosso, a pesca é complexa. A legislação da pesca de Mato Grosso não é uma lei específica para a Bacia do Paraguai. Nós estamos, hoje, com um problema sério no Rio Cuiabá. Nós temos um problema sério no Rio Cuiabá: todos nós sabemos que com o fechamento da comporta da Usina de Manso houve uma complicação ecológica dentro do Rio Cuiabá, dentro do Pantanal Mato-grossense, porque deixaram de desaguar no Rio Cuiabá e, conseqüentemente, no Pantanal as águas do Rio Formiga, as águas do Rio Manso e as águas de um outro rio que está antes da barragem.

Então, quando o CONSEMA se reúne, quando houve uma discussão aqui por parte da Assembléia, encabeçada pelo Deputado Dentinho, propondo a suspensão da pesca no Estado de Mato Grosso, nós temos que pensar que o Estado de Mato Grosso, no geral, é diferente de outros estados, porque nós não podemos legislar dentro do Estado apenas para o Rio Cuiabá, apenas para a Bacia do Paraguai, que é o que está sendo mais prejudicado nesse momento quanto ao aspecto ambiental, quanto ao aspecto da extração de pescado. Na verdade, eu admito um debate nesse sentido, admito participar de um debate quanto à suspensão da pesca, para a regulamentação da pesca, mas com um critério de demonstração de prós e contras, onde nós poderemos, sem dúvida, preservar o meio ambiente e não matar o cidadão, onde nós poderemos ter o equilíbrio de preservar a natureza, manter a reprodução dos peixes, mas não só no Rio Cuiabá. Quando se fala em pesca aqui, todo mundo acha que é só no Paraguai e Cuiabá. Não. Nós temos “n” rios no Estado de Mato Grosso e a legislação é uma só, a lei da Bacia do Paraguai é a mesma lei que regulamenta o Teles Pires, que é uma outra realidade - é a mesma lei que versa sobre o Rio Araguaia. É a mesma lei que trata sobre o Rio Araguaia, que corta os Estados de Goiás, de Mato Grosso, que vai até o Pará. Então, a legislação tem que ser complexa!

Quando se fala em suspensão de pesca, nós não podemos nos voltar apenas para o Rio Paraguai, o Rio Cuiabá e ao Pantanal Mato-grossense. É claro que a preocupação maior hoje é neste aspecto. Mas eu quero deixar bem claro aqui para os Senhores que não é...

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. BENEDITO PINTO - Com prazer, Deputado. Daqui a pouco.

Não são os pescadores, os turistas, que estão acabando com o peixe do Rio Cuiabá. Se existe alguma espécie ameaçada, não é o pescador ribeirinho que está ameaçando essas espécies. Espécies ameaçadas de extinção, citadas até em nível nacional, todas elas nós sabemos que não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

originadas por problemas de extração, de captação, mas por problemas de esgotos despejados a céu aberto nos rios aqui, principalmente da Bacia do Paraguai. Esgotos despejados pelas cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Santo Antônio, Barão de Melgaço, de Cáceres, lá do Paraguai, de Barra, todas essas cidades, de Rosário Oeste, de Nobres, estão jogando os detritos nesses rios. Rondonópolis, que pega o Rio Vermelho, o Rio São Lourenço, que são rios importantes e que as espécies não estão sendo ameaçadas por causa do pescador. Eu conheço quase todas as colônias de pescadores do Estado de Mato Grosso. Eu sei que nós temos que ter cuidado, sim, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, mas nós temos que ter também, por outro lado, uma contrapartida e apresentar uma sugestão para resolver esse problema.

Eu admiro essa bandeira que V. Ex^a levanta aqui, como admiro a bandeira que todos levantam, como a do Deputado José Carlos Freitas, quando ele está discutindo o abate dos jacarés. São bandeiras para discutir problemas nossos. É problema nosso, que nós temos que discutir, mas eu acho que tem que ser bem discutido.

Eu concedo o aparte, com prazer, Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Primeiramente, nobre Deputado Benedito Pinto, nós vemos com grande valia chegar ao Plenário da Assembléia Legislativa a discussão da questão da pesca, principalmente sendo discutida por um Deputado do nível de V.Ex^a.

Eu vou dizer que concordo com vários pontos que V. Ex^a disse, a questão de onde está acabando o peixe, o esgoto, a questão da ELETRONORTE, o Rio Formiga, tudo nós sabemos. Agora, tem alguns pontos, nobre Deputado, que nós não podemos aqui dizer, por exemplo, dizer que o turista passa a rede. Ele não passa! V. Ex^a sabe que ele não consegue. V. Ex^a sabe que o turista não consegue colocar espinhel. V. Ex^a sabe! V. Ex^a também é conhecedor que não há possibilidade de maneira nenhuma, hoje, de ter cadastrado em torno de 5 a 6 mil pescadores profissionais sobrevivendo da pesca. V. Ex^a sabe!

Se nós começarmos a bater aqui, como estamos batendo, na questão da Polícia Florestal, na questão do IBAMA e até na questão da FEMA, de se buscar de novo fazer um cadastro... Eu trago aqui a V. Ex^a, na hora que quiser, apresento o nome de vários pescadores com carteirinhas e que não são pescadores. São pescadores profissionais cadastrados pelo IBAMA e, na hora do “vamos ver”, se precisar apresentar, eles não vão apresentar, até para dizer porque nós somos favoráveis ao novo cadastramento.

Nobre Deputado, V. Ex^a também é conhecedor e demais até de que não se pode de maneira nenhuma deixar o turista levar esse número de quilos de peixe. Quem vem lá de São Paulo e Brasília pescar, aqui nos hotéis, nos barcos pesqueiros, ele não está interessado em levar o peixe para fora, ele está interessado somente em pegar o peixe ali na hora. A nossa discussão deste projeto aqui vai ao encontro do que V. Ex^a está falando. Não é simplesmente fechar a pesca. Acho que V. Ex^a está coberto de razão, nós temos que discutir o que nós vamos prejudicar para não deixar prejudicado. De que maneira? O PRONAF, o próprio PADIC, o Governo, investindo na piscicultura. Até eu vi a minha empresa, a EMPAER, fazendo uma discussão hoje sobre um projeto de piscicultura. Fico preocupado até, porque vi que na EMPAER hoje está se discutindo as gaiolas nos rios. Isso é perigoso demais! As gaiolas já não são gaiolas, são criames de peixe, viraram jequi. Jequi, se V. Ex^a não sabe, é uma armadilha para o peixe, que começa com a boca larga e aí vai diminuindo e aí dizem que é crime de peixe. Essa é uma armação que estão fazendo no Teles Pires, inclusive, perigosa para os barcos.

Então, para terminar e não tomar o tempo de V. Ex^a, eu quero sim, Deputado Benedito Pinto, conhecedor da sabedoria de V. Ex^a, que é o autor da Lei da Pesca nesta Casa, que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

discute com as colônias, junto com V. Ex^a discutir pontos para que possamos chegar a um denominador comum que seja melhor para Mato Grosso. De maneira nenhuma o Deputado Wilson Teixeira Dentinho tem nada contra a posição de V.Ex^a e quer, sim, participar da discussão ao lado de V. Ex^a, porque sei da sabedoria que V.Ex^a tem.

Agora, vou dizer bem claro, nobre Deputado, em 2002, não haverá peixe na bacia do Rio Cuiabá! Não haverá peixe, porque não houve desova e o peixe para consumo leva dois anos! Se não houve desova, não vai ter peixe.

Se nós não começarmos a discutir isso aqui, a sua netinha e os meus netos também não vão conhecer o Rio Cuiabá, não vão conhecer o nosso saudoso pacu e o nosso pintado. Vão conhecer, sim, peixe de cativeiro.

Muito obrigado por V. Ex^a ter cedido o aparte. E, mais uma vez, vou sentar com V. Ex^a para que juntos possamos fazer esse grande projeto popular, que é a questão da pesca predatória do Estado de Mato Grosso.

O SR. BENEDITO PINTO - Eu agradeço, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, o aparte de V. Ex^a, que também é considerado um Deputado conhecedor dessa problemática, especialmente aqui na área do Pantanal.

Veja bem qual o objetivo de nós estarmos discutindo hoje: existe uma lei de minha autoria, que é a criação do Conselho Estadual de Pesca, aprovado por esta Casa e foi vetado. Veja bem, o CONSEMA, hoje, está discutindo uma proposta de suspensão da pesca sem ter participação do pescador! Existe lógica para isso? Não existe. A criação do Conselho de Pesca é de fundamental importância para o Estado de Mato Grosso.

Quando aqui o Deputado Wilson Teixeira Dentinho ignora a quantidade de pescadores profissionais, eu admito que esteja em excesso, mas admito também que a população de Mato Grosso, por sua extensão, pela quantidade de rios, que são rios com quantidade suficiente para se pescar...

Então, eu admito que a quantia existente não é exagerada, mas acredito e concordo com V. Ex^a quando fala que existe pescador profissional que não é pescador! Então, esse cadastramento...

O Sr. Amador Tut - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. BENEDITO PINTO - Concedo, já, nobre Deputado Amador Tut.

Esse cadastramento é de fundamental importância para que nós possamos realmente ter o número real de quem é e de quem não é pescador. Existe um ponto na Lei da Pesca muito debatido, quando nós tivemos que colocar que para ser pescador profissional essa tem que ser a profissão exclusiva dele! Por quê? Porque no período da Piracema, ele depende de um seguro-desemprego e, se ele tiver duas ou três profissões, ele não tem direito ao seguro-desemprego. Então, são coisas que a gente tem que admitir numa lei, quando nós estamos legislando num todo, pois nós não estamos legislando aqui especialmente para um caso. Então, são temas que nós temos que sentar e discutir.

Eu estarei indo conversar com o Secretário-Chefe da Casa Civil, estarei discutindo com a Procuradora do Estado, provando que aqui não existe - a justificativa aqui no Veto - vício de inconstitucionalidade. Nós temos o direito e podemos propor projeto de lei que não venha trazer despesa para o Estado. Em momento algum nós criamos cargos com o Conselho, nós simplesmente estamos dando legalidade a um dispositivo da Constituição Estadual, da Constituição vigente do Estado, que foi elaborada por esta Casa em 1989, pois lá na Constituição existe num dos seus Artigos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

um dispositivo que determina a criação do Conselho da Pesca. Inclusive o Ministério Público tem cobrado isso do Estado, movendo ação contra o Estado, porque o Estado ainda não tem essa Lei que têm todos os demais Estados aqui da região Centro-Oeste, principalmente os que margeiam as bacias da qual nós estamos dentro dela, do Araguaia e do Paraguai. Todos eles têm um Conselho da Pesca que decide por uma categoria que é tão importante para o Estado de Mato Grosso quanto o Sindicato dos Hoteleiros, quanto o sindicato de qualquer profissão que existe dentro do Estado.

O Sr. Amador Tut - V. Ex^a me permite um aparte, nobre colega?

O SR. BENEDITO PINTO - Concedo, com prazer, Deputado Amador Tut, um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Amador Tut - Muito obrigado.

Sr. Deputado, Sr. Presidente, nós não podemos aqui ficar só repetindo as frases, as palavras e não partir para a execução de fato. Quando o Deputado Benedito Pinto declara o diferenciamento das áreas do Teles Pires com a do Arinos e com a da Baixada Cuiabana, isso é só questão de tempo, Deputado, o dia que nós tivermos a população na margem do Arinos e na margem do Teles Pires, como nós temos na Baixada Cuiabana, nós vamos sofrer mais ainda, porque lá a terra é mais arenosa do que a daqui, lá a erosão será três, quatro vezes maior, enquanto aqui a argila ainda vai preservando. Nós temos que pensar na realidade. Porque, se, de fato, nós não pensarmos na realidade, não serão nossos netos que não vão ter peixe, seremos nós mesmos, porque cada um de nós ainda vamos durar de cinco a dez anos. Não vamos ver peixe daqui a cinco, dez anos na Baixada Cuiabana. Não vamos ver, não.

Ontem, eu apresentei um Projeto. Estão fazendo jequi, que se chama o negócio, para pegar peixe. Nós vamos fazer isso para pegar detritos. Eu apresentei um Projeto aí. E hoje está claro que não há mais nada com que poluirmos a natureza. A própria Água Lebrinha está vendendo uma garrafa d'água muito mais caro, a garrafa de 300ml pelo dobro do preço de um litro de leite. E nós não temos o dever com isso de recolher os dejetos deixados para trás? O próprio refrigerante... O que nós trazemos de encrenca, de destroços, de desagregamento, para o meio ambiente! Ninguém tem a preocupação de devolver isso. É um produto que não traz benefício para a saúde dos nossos filhos. Nada. E nós estamos tirando, estamos deixando de ter, num futuro bem próximo, uma alimentação saudável para todos nós. Por que os nossos índios se acabaram? É porque nós viemos e praguejamos os índios e acabamos com os coitados nativos. E nós estamos nesse mesmo caminho com as nossas famílias. Aquela civilização que havia aqui quando nós chegamos, nós emporcalthamos o seu território e estamos preparando o mesmo para nós.

Portanto, vamos ter que parar de fazer discurso e nos colocar na realidade. Nós vamos ter, sim, que pensar: temos que controlar o jacaré, temos que controlar a piranha e temos que dar espaço para os peixes. Mas, temos, também, que tirar esse lixo do rio. O meu projeto pode não ser o adequado, mas é o início. Nós não fazemos uma casa sem primeiro comprar o terreno. Eu trouxe para cá o terreno, agora, ajudem-nos a fazer a planta, o projeto e a comprarmos o material e vamos produzir. Muito obrigado.

O SR. BENEDITO PINTO - Deputado Amador Tut, eu concordo com V. Ex^a quando diz que é problema de tempo as cidades que margeiam. É problema de tempo mesmo. É por isso que eu estou dizendo, afirmando categoricamente hoje, aqui, que o problema não é o pescador. O problema está nesse aspecto. Vamos tratar de uma forma de administração sem um pensamento avançado, porque nós precisamos mudar. É por isso que na minha proposta para governar Várzea Grande - não sei se no ano 2001, ou no ano 2005 - tem projetos começando por aí. Começando com uma indústria de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

compostagem de lixo para contribuir com a educação do cidadão, de cada família, fornecendo material plástico para que na coleta do lixo domiciliar, lá na sua casa, seja separado o lixo reciclável do lixo que será formado, que será sepultado.

Na verdade, as autoridades administrativas desses municípios não pensaram rapidamente como pensam, hoje, os políticos modernos. Porque, se pensarmos em administrar uma cidade hoje sem termos, seja ela pequena ou grande, essa educação ambiental, começando pelas famílias, nunca teremos condições e ficaremos como está hoje a Cidade de São Paulo, que foi administrada por pessoas que não tiveram - eu digo isto em um discurso, se for possível, na Praça da Sé -, que os administradores de São Paulo não pensaram num desenvolvimento à altura da maior metrópole do Brasil. Seja quem for. Eles não pensaram, eles traçaram a cidade, o crescimento chegou, mas não pensaram e hoje não têm meios para despoluir o Rio Tietê, como não haverá meios para despoluirmos o Rio Cuiabá, se não tivermos mentalidades modernas, os administradores de todas as cidades das margens dos rios do Estado de Mato Grosso...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Comunico a V. Ex^a que dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. BENEDITO PINTO - Com certeza, Deputado Pedro Satélite, eu estarei cumprindo com o Regimento.

Quero dizer a V. Ex^a que não adianta - nós estaremos, desse ano em diante, esse ano de 2000, que é um ano de eleição municipal e a população do Estado de Mato Grosso escolherá novos prefeitos para comandar esses municípios durante mais quatro anos, e vejam a velocidade do tempo, Senhores - e não adianta, se daqui a quatro anos nós não tivermos administradores com mentalidades progressistas, com mentalidades modernas, nessas cidades, estará sendo impossível a despoluição desses rios, porque não é o pescador que está abatendo os rios, nem os turistas, digo aqui, com certeza. É o crime ambiental cometido por administrações que nunca pensaram que jogar lixo no rio é matar a natureza e que jogar detrito no rio é matar a vida do alimento do qual todos nós dependemos.

Então, há de se pensar que há uma responsabilidade grande de quem vem administrando esses municípios.

Deputado Zé Carlos do Pátio, V. Ex^a conhece o Rio Vermelho e sabe quantas toneladas de lixo são jogadas naquele rio a céu aberto, e depois nós vamos culpar o pescador de acabar com o peixe? Não tem peixe que resista! É o que está acontecendo na Baía da Guanabara, quando tentaram despoluir, tiraram o óleo, mas o cidadão vai ao fundo e arranca de lá quilos de óleo na mão. Quer dizer, existe condições de sobrevivência de peixes, de caranguejos, no meio de óleo diesel?

Então, não tem jeito. É muito importante a formação das pessoas que administram as cidades e nós podemos cobrar isso. Eu estou falando isso de cabeça erguida, porque assim que eu for administrador de uma dessas cidades, eu estarei ao lado da população para uma campanha, a começar por várias cidades, assim como nós temos exemplo no Estado do Paraná.

(O SR. PRESIDENTE PEDRO SATÉLITE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. BENEDITO PINTO - Muito obrigado.

Eu agradeço, mas voltarei a falar sobre esse assunto, Deputado Pedro Satélite, que é um assunto importante para o desenvolvimento de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com certeza, Deputado.

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença nesta manhã de quinta-feira em nossas galerias dos alunos do segundo ano do ensino médio do Colégio Liceu Cuiabano, através do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Programa Por Dentro do Parlamento, iniciativa da Secretaria de Imprensa e Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, acompanhados pela professora Cátia Maria da Costa Freire.

Sejam bem-vindos. Para nós, Deputados, Deputada, Mesa Diretora e funcionários desta Casa, é uma honra tê-los aqui conosco.

Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Solicito a transferência da minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido.

Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, eu vou me permitir fazer algumas observações sobre a política nacional que incide sobre Mato Grosso e como o Governo do Estado de Mato Grosso tem se comportado diante disso.

É verdade, e a propaganda oficial usa desta verdade de uma forma equivocada, ou melhor, de uma forma enganosa, em relação ao fato de que o Produto Interno Bruto do Estado de Mato Grosso cresceu numa proporção maior do que cresceu a média nacional. O Governador Dante de Oliveira em seu Governo, de uma certa forma, cavalgou uma onda que não foi produzida pela sua máquina, quer dizer, fundamentalmente investimentos facilitados ou financiados pelo Governo Federal, ou privados, às vezes financiados por fundos federais. É o caso do Gasoduto, da Ferrovia, e é o caso, altamente questionável, do ponto de vista ambiental, das hidrovias; é o caso da expansão da soja, é o caso de potencialidades, criadas na agroindústria pelo incremento da produção de algodão. Ou seja, é verdade que Mato Grosso tem um certo *boom* econômico e que coincide, essa é que é a realidade, com o Governador Dante de Oliveira, com o seu mandato. Pois bem, disso ele tira vantagens, tira, vamos dizer assim, elementos para o seu *marketing* eleitoral, inclusive, para 2000 e 2002. Agora, é muito interessante que quando o Governador se defronta com problemas nacionais que incidem sobre a economia no futuro de Mato Grosso ele tem tido uma postura altamente duvidosa, exatamente onde está na sua margem de intervenção ele não tem uma posição mais positiva, mais altaneira e mais combativa.

Dois exemplos: as negociações que dizem respeito às dívidas de Mato Grosso, isto é, o pagamento da dívida de Mato Grosso, consolidada no início do Governo Dante de Oliveira e Fernando Henrique Cardoso. Quer dizer, está sendo comprometida a renda líquida até mais de 15% e extra limite, que chegou até a 22%. Os Governadores de Oposição, na verdade, é que peitaram o Governo Federal para rediscutir os acordos feitos pelos Governos anteriores e o Governador Dante de Oliveira, que no início deu declarações na mesma linha dos Governadores de Oposição, quando foi para chegar ao Presidente da República para impactar-lhe a pressão, ele recuou. Ele recolheu o *flap* numa atitude de submissão ao ditame do Palácio do Planalto. Mas tem um ditado popular que diz o seguinte: “aquilo que tem força, aparece”. E o movimento dos Governadores, inclusive com atitudes muito destacadas do Governador Itamar Franco, de Minas Gerais, e do Governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, do PT, representa uma resistência, forçando o Presidente da República a negociar. E aí é que nós tivemos algumas vantagens de um movimento que não foi produzido pelo Governador Dante de Oliveira, mas que lhe restitui possibilidades financeiras.

Ora, esse tipo de movimento pode marchar favoravelmente ao Estado, mesmo que o Governador não tenha tido uma postura correta. Diz respeito à restituição da Lei Kandir, que estava totalmente subavaliada, num grau enorme de espoliação do Estado. E que talvez este ano, se o Presidente da República cumprir sua palavra, isso não é algo assegurado, nós temos para os Estados

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

uma restituição de 3 bilhões e 800 milhões e vai ter aquela pequena parcela que embora sejam, quem sabe, uns 60 milhões para o Estado de Mato Grosso, mas é relevante do ponto de vista econômico.

E o grande problema não obstante, e aí vem também o Fundo do Magistério, do movimento do Magistério, a valorização do Magistério, outras negociações que dizem respeito às dívidas, os repasses do que foi arrecadado pelo INSS, e que diz respeito aos servidores públicos que estão na ativa, ou já passaram para a inativa do Estado, e que representa uma massa de recurso significativa, e que no Projeto neoliberal, tentam fazer fundo para um fundo de pensão ou de aposentadoria. Quer dizer, esses movimentos de uma certa forma foram movimentos de resistência à centralização peemedebista.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. GILNEY VIANA - Eu vou dar o aparte quando terminar esse argumento, Deputado.

Eles levaram uma situação mais favorecida para o Estado. Aliás, ainda não se consolidou esse movimento. Ainda não teve todos os efeitos positivos de retorno de verbas orçamentárias e extraorçamentárias para a União.

Agora, veja bem, quando o Governo Federal assume o ultracentralismo que vai prejudicar o Estado de Mato Grosso, qual é a posição do Governo? O Governo se recolhe em dois episódios: na Reforma Tributária e segundo, agora, com a legislação da Responsabilidade Fiscal.

Na Reforma Tributária, Deputado Zé Carlos do Pátio, chegou-se ao limite do Governo querer centralizar os tributos que são estaduais, particularmente o ICMS e isso equivale dizer que o Estado literalmente não teria controle de quase nada da sua arrecadação. Ele teria que se socorrer, como se socorre, do FPE ao Tesouro Nacional. Então, nós teríamos assim, o poder de tributação, de arrecadação, inclusive, de destinação, ficaria dependendo do Governo Central e o Governador Dante de Oliveira, que eu saiba, não abriu a boca uma vez sequer para protestar contra essa centralização. E as implicações disso, quem já foi do Executivo sabe, eu nunca fui, mas eu assisto o sufoco dos Prefeitos e Governadores, literalmente ficariam manietados com o Palácio do Planalto, particularmente, com o Planejamento, com o Tesouro Nacional.

Pois bem, agora, na legislação da Responsabilidade Fiscal também o Governo do Estado de Mato Grosso foi absolutamente nulo, não se manifestou e isso tem implicação muito grave para aqueles que querem ser Prefeitos em 2000, em 2001 no caso, porque a lei que é original, e já houve algum abrandamento, ela tem uma exigência. Se é verdade, e o Governo Federal nisso tem razão, que nós vamos votar com o ordenamento fiscal para evitar os abusos, é verdade também que do jeito que eles estão falando literalmente os Prefeitos e Governadores ficariam a mercê do Governo Federal.

E vejam bem, há uma coisa cavilosa, criminosa que está escrita na Lei de Responsabilidade Fiscal que é exatamente considerar, criar essa figura de déficit primário ou balanço primário, excluindo o pagamento da dívida. Ora, aí exclui 15%, 22% do que Mato Grosso paga de dívida. Qual é a consequência de se tirar isso? É como se aquilo já estivesse condenado, não estivesse sob a gestão do Governo Estadual e então você protege o banqueiro, porque com o banqueiro você não vai ter restrição, mas com o funcionário público você vai ter restrição, não pode contratar, não pode aumentar, se não tiver o equilíbrio fiscal, tem que rebaixar a massa salarial do serviço público, que é importante para os municípios, porque é uma massa que circula nele próprio.

Quer dizer, então, que o Governo Estadual diante de problemas nacionais é muito propagandista quando um investimento, um ato do Governo lhe favorece! Quando os lados de lá prejudicam o Estado de Mato Grosso, você não ouve a voz de Dante de Oliveira...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GILNEY VIANA - É por isso, Deputado Zé Carlos do Pátio, que o Governo Dante de Oliveira, se tem algum sucesso, é por acaso e não pelo mérito.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Deputado Gilney Viana, eu queria parabenizá-lo por este discurso brilhante, fazendo uma avaliação, hoje, da situação do País.

Primeiro, eu queria registrar que houve um crescimento nominal da economia de Mato Grosso em 22%, em torno de 315 milhões de reais, o Estado de Mato Grosso cresceu o ano passado. Mas eu queria deixar bem claro que esse crescimento nominal não foi em função do crescimento econômico do Estado de Mato Grosso, foi em função do crescimento dos impostos. Não foi um crescimento econômico! Houve um aumento de impostos que fez com que o Governo arrecadasse mais.

Então, esses 315 milhões estão saindo realmente da família mato-grossense, estão saindo do povo mato-grossense que antes pagava 20 reais de energia elétrica, agora está pagando 30 reais, 40 reais de energia elétrica. Está pagando quase que o dobro!

Então, o Governo está arrecadando mais, mas o poder aquisitivo do povo, do trabalhador, das famílias mato-grossense, está caindo, porque o pai de família que ganhava 500 reais para pagar energia de 50 reais e agora tem que pagar 80 reais, vai deixar de colocar o pão dentro de casa!

Eu quero aqui registrar para V. Ex^a outro encaminhamento, que eu concordo com V. Ex^a, o Governo do Estado, hoje, é o garoto, é o menino, eu imagino que é o menino na sala de aula que senta na primeira carteira, um menino comportado, bonzinho, aceita tudo que o Governo Federal quer: o FEF-Fundo de Estabilização Fiscal que é a desvinculação da Receita da União, que este ano foi aprovado 20%; isto é, o Governo vai poder manipular 20% do Orçamento da União, que é perda de recurso. Lamento profundamente que o PMDB, inclusive parte do PMDB votou a favor, lamento profundamente isso daí, não quero dizer, mas nós temos hoje bastante política do PMDB lá, com posições independentes.

Quero aqui dizer, Deputado, que o que nós temos hoje que avaliar é uma discussão madura do crescimento do País.

Quero aqui colocar o seguinte: quanto à Lei da Responsabilidade Fiscal que V. Ex^a colocou aí, eu acho que não pode ser sectária, sectária não pode ser. Houve avanço em alguns encaminhamentos, da Reforma Tributária de lá para cá, mas ainda é necessário que haja mais avanço, mas tem que dar autonomia para os Estados...

(O SR. PRESIDENTE PEDRO SATÉLITE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO SE ENCONTRA ESGOTADO)

O Sr. Zé Carlos do Pátio -... Então, eu quero dizer a V. Ex^a que eu acho que não poderia haver radicalização na Responsabilidade Fiscal, houve avanço também no Projeto...

O SR. GILNEY VIANA - Sim, eu considero...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu acho que houve avanço também, eu acho que não há como negar isso aí, mas houve falhas na lei...

(O SR. PRESIDENTE - PEDRO SATÉLITE - FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO APARTEANTE QUE O SEU TEMPO SE ENCONTRA ESGOTADO)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - ... Então, é essa observação que eu queria fazer, porque V. Ex^a muitas vezes fala muito da Lei de Responsabilidade Fiscal como um erro, mas tem o lado positivo também e tem o lado negativo nesse Projeto.

O SR. GILNEY VIANA - Agradeço o aparte de V. Ex^a, Deputado.

O Sr. Benedito Pinto - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. GILNEY VIANA - Eu concedo um aparte ao nobre Deputado Benedito Pinto.

O Sr. Benedito Pinto - É simples, Deputado! Eu faço questão de cumprir o Regimento Interno.

Eu quero elogiar V. Ex^a com o seu discurso e reconhecer de público aqui o grande trabalho que V. Ex^a prestou a Mato Grosso, quando Deputado Federal, nesse debate da Lei Kandir, sendo que eu tenho arquivo da documentação que V. Ex^a encaminhava de Brasília para mim aqui. Eu acompanhei de perto a sua atuação quanto ao tema de revisão da Lei Kandir, das perdas que os Estados estavam tendo, especialmente o Estado de Mato Grosso, que V. Ex^a defendeu com muita ênfase e com muita tranquilidade.

Por outro lado também, Deputado, quero reconhecer que o Governador Dante de Oliveira não ficou de braços cruzados nesse episódio. Eu, por algumas vezes, o vi inclusive ligando, pedindo a V. Ex^a, dando apoio à sua luta em favor de Mato Grosso, porque V. Ex^a defendeu uma bandeira importante para o Estado e ele, como Governador, em algumas vezes eu o vi pedindo inclusive para outros Parlamentares que aderissem a essa bandeira que V. Ex^a carregou com muita capacidade dentro do Congresso Nacional. Graças a esses posicionamentos que V. Ex^a teve, hoje já se pensa na revisão e pode surgir um ganho de recurso para Mato Grosso que é uma importância substancial para salvar o Governo do déficit no ano 2000. O trabalho de V. Ex^a no Congresso pode ser a salvação do déficit de Mato Grosso no ano 2000. Este é um reconhecimento de público.

Eu quero, também, aqui citar que muitas vezes o Governador Dante de Oliveira fez referência à sua luta nas reuniões de Bancada, mesmo sendo de outro Partido, mesmo sendo Oposição ao Governo. Mas ele reconheceu a sua bandeira, que, hoje, pode ser, sem dúvida, uma resposta para se acabar com o déficit público de Mato Grosso no final deste ano com a entrada desses recursos previstos da revisão da Lei Kandir. Muito obrigado.

O SR. GILNEY VIANA - Muito obrigado. Eu agradeço a avaliação positiva e reconheço que o Governador Dante de Oliveira em várias oportunidades, particularmente na luta contra a Lei Kandir, foi bastante importante para a revisão do FPE.

A crítica que eu faço, a mais apropriada, é que no movimento que os governadores fizeram oposição, o Governador Dante de Oliveira, que inicialmente teve uma postura correta, se apagou. Ele se recolheu e deixou aos governadores da Oposição a bandeira da revisão dos contratos do acordo da dívida da Lei Kandir, do FEF, que é essa nova legislação; do próprio FPE, do próprio FPM, que são as rendas fundamentais do Estado, deixou nas mãos da Oposição. Agora, vejam quais as consequências!

Eu gostaria de falar para o Deputado Zé Carlos do Pátio que é claro que a arrecadação do Estado aumentou porque a atividade econômica, também, aumentou. Ou você faz um esforço fiscal, em função de qual produto, ou você achaca a pouca renda que a família tem. Nós temos dois fenômenos aqui: se de um lado aumentar o produto, você terá a possibilidade de ter maior arrecadação. Isso é óbvio, qualquer empresário, qualquer pessoa atenta, sabe disso. Outra forma é você não aumentar o produto, mas avançar sobre a renda familiar ou a renda dos produtores, de tal forma que chega a um ponto de cláusulas leoninas. Ou seja, você tira o que é o pão da boca das crianças.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Neste caso, Deputado Benedito Pinto - logo concederei aparte a V. Ex^a - nós teremos um Orçamento, que é a questão a qual o Deputado Zé Carlos do Pátio estava induzindo, de um bilhão de dólares ou de reais. Provavelmente, a arrecadação do ICMS, que é um imposto tipicamente estadual e que a Reforma Tributária estava querendo tirar da alçada do Governo Estadual, pode chegar a um bilhão. Quer dizer, isso tem um impacto positivo muito forte nas contas governamentais, muito mais do que esse efeito restritivo da Lei de Responsabilidade Fiscal. Muito mais! E aí entra o problema de que você aumenta a arrecadação, e o que você faz? Aí entra a avaliação do Governo com muito mais rigor, porque, se é verdade, nos primeiros anos do Governo Dante de Oliveira, particularmente no primeiro mandato, o arroxo fiscal, a fatia que foi paga para o Governo Federal, quer dizer, as transferências invertidas do Governo Estadual para o Governo Federal, foram de grande monta. Agora, quando você aumenta a arrecadação própria, elas continuam de grande monta, mas sobra um *plus*, um delta, ali, para promover investimentos, e aí, sim, o Governo Dante será julgado não pela Ferrovia, não pelo Gasoduto, não pela Hidrovia, não pela expansão da soja ou do algodão, mas pelo que ele faz com o dinheiro público arrecadado aqui dos consumidores, dos contribuintes do Estado.

E aí, o balanço, até agora, é parco, é pobre, haja vista o depoimento dos Deputados da própria situação. Investimentos em estradas, investimentos em escolas que, ainda bem, o subproduto do Fundo do Magistério tem um subproduto positivo que aplicam menos.... Os prefeitos, os governadores não podem mais pelo menos atrasar, alegar a falta de recursos para o não pagamento dos servidores da Educação. E, aliás, muitos Prefeitos fazem disso uma tremenda glória, inclusive o Prefeito da Capital. O Prefeito da Capital fala: “Ah, nós pagamos em dia!” Nunca pagou em dia!

Eu gostaria de dizer, Deputado Carlos Brito, que o Prefeito da Capital, como muitos Prefeitos, tem pago em dia os servidores da Educação, em função da conta vinculada do Fundo do Magistério. Essa que é a verdade! Quando cai nos outros servidores, não paga em dia, inclusive o Prefeito da Capital não paga em dia, até hoje. Ele tem um atraso de mais de um mês no pagamento dos servidores, particularmente aqueles que ganham mais de quinhentos reais. Isso não é apenas na Capital. Isso ocorre na maioria dos municípios, exceto da Educação, pela vinculação do Fundo Nacional como Fundo Estadual.

Olha, eu quero dizer que concedo o aparte a V.Ex^a, fazendo o seguinte questionamento: Se aumenta a arrecadação, se a parcela da folha de pagamento dos servidores está pré-garantida pela transferência do Fundo Nacional de Educação - aqui para nós - qual é a justificativa moral? Se há 60% a 70% da folha que já estariam pré-pagos pelos fundos nacionais...

Concedo o aparte ao Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito - Deputado Gilney Viana, o assunto que V. Ex^a traz ao debate nesta Casa deveria ser uma constante, até para que nós, enquanto Parlamentares representantes do povo mato-grossense, pudéssemos estar atuantes nas grandes discussões, nos grandes temas que repercutem diretamente na vida do cidadão, independente de em que ponto do País ele esteja. Portanto, quando se diz essa Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Kandir, todas essas questões refletem e refletem direta e de uma forma contundente na vida da população, principalmente porque é a última ponta desse elo da relação social. Portanto, eu entendo que só pelo debate já é válida a discussão.

De outra forma, concordo em alguns pontos com V. Ex^a, não concordo na sua totalidade, obviamente, até por algumas razões de cunho de entendimento político, mas quero ressaltar, de trás para a frente, a questão do Prefeito da Capital, por exemplo. Quando nada, nessa questão do pagamento na Educação, o Prefeito cumpre a lei. Cumprir lei é obrigação de todos, mas é também uma forma de dar exemplo. Certo? Portanto, o Prefeito, ao cumprir a lei, está fazendo a sua parte, por isso,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

já há aí um ponto altamente positivo. Segundo, se ainda a folha de pagamento está com um atraso de um mês e alguns dias, há algum tempo atrás, quando assumiu, havia cinco meses de atraso, portanto, houve um avanço significativo também na melhoria das condições salariais do pagamento de salários dos demais servidores. Isso demonstra que a administração municipal da Capital está a avançar, cumprindo a lei, procurando dar igualdade de tratamento aos servidores - e haveremos de chegar lá. Portanto, entendendo que a Capital avança em diversos aspectos, outros precisam avançar mais, é óbvio, é uma constante.

Quero dizer a V. Ex^a que um ponto que me chama a atenção é o reconhecimento de que Mato Grosso cresceu. Sim...

O SR. GILNEY VIANA - Óbvio.

O Sr. Carlos Brito - De que a arrecadação se impõe também pelo fortalecimento da economia.

O Deputado Pedro Satélite cita sempre a questão do algodão, do arroz. Nós temos números da produção local que nos colocam de maneira altamente vantajosa diante de outros Estados. Nós temos dificuldades geográficas ainda, dificuldades de estradas, que são mais prejudicadas pelas chuvas porque também recebem uma carga de movimentação muito maior. Tudo isso, ou seja, o que é bom por um lado, traz também dificuldades outras. Então, a malha viária do Estado, seja ela de responsabilidade federal, estadual ou mesmo municipal, precisa se adequar ao novo momento que o Estado está vivendo e essas coisas vão acontecendo no seu devido tempo. Daí a importância dos partidos de Oposição, dos partidos de Situação. É esse o debate que traduz o pensamento da população de forma democrática, ampla e irrestrita. Agora, esse debate tem que se dar com a seriedade, com a propriedade que V. Ex^a se propõe a fazê-lo. Eu acho que aí, sim, nós atingiremos um nível de discussão dos problemas em busca de solução e não apenas no apontamento desses problemas, ou dessas dificuldades.

Eu quero falar, por exemplo, do ICMS de Mato Grosso. No final do último ano, o Deputado Zé Carlos do Pátio já citou isso várias vezes, mesmo na condição de Deputado do PSDB, eu próprio tentei num esforço emendar, aperfeiçoar uma lei que eu acho que no momento precisa ser repensada pelo Estado, e continuo com esta posição, Deputado Gilney Viana.

Eu acho que se justificou a alíquota de 30% num determinado momento histórico. Hoje, esse crescimento, ao qual nós acabamos de nos referir, que deve ser reconhecido, precisa ser refletido na população. A população só vai entender de verdade, de uma maneira geral, o que representa a Usina Termelétrica, melhoria da energia, na hora em que ela tiver energia na sua casa e na hora em que puder pagar pelo seu usufruto.

Então, não adianta criar uma perspectiva energética para o Estado, se o cidadão comum, lá na ponta, não pode usufruir, porque não tem condições do pagamento do benefício. Portanto, o Governo precisa concluir isso. Eu acho que rever essa questão do ICMS é uma discussão que o Governo precisa estar inclusive à frente. E não é vergonha nenhuma, não é perda nenhuma de poder administrativo o auto-reconhecimento de uma adequação fiscal para que todos possam usufruir do crescimento neste Estado. Então, eu acho que essa ótica que V. Ex^a coloca é altamente produtiva.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Comunicamos a V. Ex^a que dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. GILNEY VIANA - Eu agradeço, Sr. Presidente.

Deputado Carlos Brito, quando ao final do ano o Governo mandou uma informação, aliás foi publicada pela imprensa, sobre quais os segmentos da economia contribuíram mais para a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

arrecadação do ICMS, V. Ex^a vai ver - se eu não estou desmemoriado - o primeiro combustível é a energia. Quer dizer, todos os serviços públicos, os bens essenciais tiveram um peso muito forte para a contribuição, para a arrecadação do ICMS. E aí é que entra um descompasso, e neste ponto de vista o Deputado Zé Carlos do Pátio está correto: é que você, sem o aumento da renda - esse é que é o problema - o produto bruto aumentou, mas a renda familiar daqueles que são assalariados não aumentou de forma correspondente, ou até rebaixou.

Agora mesmo, aqui nós não temos pesquisas que possam indicar isso matematicamente, mas, no Estado de São Paulo, saiu agora uma pesquisa, mostrando que, pela primeira vez, desde 1992, a renda média, o salário médio dos trabalhadores da indústria, que são razoavelmente bem pagos em comparação aos nossos, caiu lá em São Paulo.

Terminando, Sr. Presidente, veja bem, esse tipo de coisa. Numa situação onde você aumenta o produto e a renda média familiar da maioria da população não aumenta ou cai, aumentar o esforço contribuinte desse pessoal é de uma malvadeza e de uma perversidade muito grande! E eu conto com V. Ex^a, nós contamos com V. Ex^a, para que nós possamos fazer essa correção, não pensando só no aumento do Orçamento e no aumento do ICMS, mas também no bem-estar da população, que aliás, é a dimensão que não tem esse Governo Dante de Oliveira. Muito obrigado.

O Sr. Carlos Brito - Solicito a palavra, pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Liderança, o nobre Deputado Carlos Brito, que dispõe de apenas quatro minutos, por questões do Regimento Interno.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, pela Liderança do PSDB, uma vez que entendemos que o debate há pouco colocado em efeito pelo Deputado Gilney Viana trata também de políticas de interesse do nosso Partido, uma vez que, tanto o Presidente da República quanto o Governador Dante de Oliveira são filiados à nossa agremiação e vejo que não procede a colocação de que o Governador Dante de Oliveira faz por opção uma sobrecarga fiscal em cima da população. O ajuste fiscal foi necessário tanto em nível federal quanto em nível estadual para que pudéssemos corrigir uma série de distorções.

Então, ao passo que se fez esse ajuste também houve uma série de indícios de desenvolvimento, de crescimento, que hoje se tornam realidade, mas no nosso entendimento, o pensamento político de que o benefício tem que ser bom para o Governo, tem que ser bom para a administração, mas tem que ser bom para a população, isso é uma premissa do próprio PSDB. Nós entendemos que o ato de fazer governo não pode se resumir em ao final de cada exercício exibir-se um balanço com superávit se possível, e melhor do que o superávit é que tenhamos uma realidade de distribuição dos benefícios auferidos com o crescimento fiscal para a população, seja na área social ou nas diversas áreas da administração.

Portanto, este conceito de que a cada tempo poderemos retomar a discussão e fazermos uma reforma tributária mais justa ou mais equitativa ou mais equânime, melhor dizendo, diante da relação Governo/povo, precisa ser retomada essa condição. Nós não podemos estabelecer uma situação fiscal e entender que ela deva ser perene, até porque os próprios governos, independente de que partidos estejam à sua frente, sempre estão a buscar mecanismos que lhes dêem condições de arrecadação para que possam então executar as suas despesas de ordem administrativa e gerencial.

Então, eu entendo que hoje Mato Grosso, o Brasil atravessa um processo onde a reforma tributária é tida como necessidade de uma maneira imperativa. Mas, antes até da reforma tributária, tem a reforma política, que assusta mais do que resolve. Muita gente critica, muita gente fala sobre ela no Congresso Nacional, mas a coisa não anda! Sem partidos fortes, com posições claras, sem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

governos institucionais, na verdade, nós não vamos ter na prática a distribuição política até mesmo da Justiça, dos serviços públicos, dos serviços sociais.

Eu entendo, então, que este conceito é altamente produtor, de fazer a relação Governo/povo, também, na distribuição dos benefícios e, principalmente, daquilo que se arrecada do próprio povo - esse é um pensamento político do PSDB. E, nós temos que nos habituar à discussão dentro do nosso Partido e, mesmo com os partidos chamados de Oposição que, na realidade, são partidos que têm posicionamentos diferenciados, mas que devem ser respeitados, porque na população também os temos. Esse deve ser o entendimento.

Então, para concluir, eu gostaria de trazer de novo essa questão do ICMS em Mato Grosso. Na semana passada, nós apresentamos um novo projeto, uma nova tentativa de buscar a discussão da forma radical desse imposto.

Ainda nos jornais de ontem, nós pudemos ler um artigo do Dr. Válder Albano, Secretário de Fazenda do Estado, onde ele expõe a origem numa legislação federal, que leva a este cálculo de 30% num repique a 42% no pagamento do ICMS. Tudo bem, se não se pode mexer na lei federal, podemos mexer na lei estadual, então, diminua-se a alíquota. Ou seja, não há um impeditivo para que essa situação se estabeleça e não possa ser revista.

Então, eu acho que um esclarecimento...

(O SR. PRESIDENTE PEDRO SATÉLITE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO)

O SR. CARLOS BRITO - Só mais trinta segundos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido, nobre Deputado.

O SR. CARLOS BRITO - O esclarecimento prestado pelo Secretário foi providencial, interessante, é importante que as coisas se dêem dessa forma, com transparência, mas não elimina o discurso da necessidade de que possamos rever essa questão do ICMS em Mato Grosso.

Eu acho que o Governo do Estado tem que estar presente nessa discussão como um dos maiores interessados, não só sob a ótica de fazer o Governo arrecadar...

(O SR. PRESIDENTE PEDRO SATÉLITE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO)

O SR. CARLOS BRITO - ... mas também para distribuir o resultado dessa arrecadação em benefício do povo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia (PAUSA)...

O Sr. Benedito Pinto - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto.

O SR. BENEDITO PINTO - Apenas para sugerir à Presidência - é pena que não estejam todos aqui - é uma sugestão para ser levada ao Colégio de Líderes, para que as Sessões de quinta-feira sejam sessões apenas para debater, levantar temas como os que foram discutidos hoje aqui. Nós estaríamos realizando uma sessão onde seriam discutidos temas como o que foi levantado pelo Deputado Gilney Viana, porque nas sessões normais, praticamente, o Grande Expediente está sendo absorvido por matérias que vêm do Pequeno Expediente. É uma sugestão a ser levada ao Colégio de Líderes, para que as matérias tão significativas para o Estado de Mato Grosso, como os temas que foram expostos hoje, aqui, sejam debatidos nas Sessões de quinta-feira, pela manhã, reservando-se um tempo maior para os debates e temas importantes para o Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Nós acatamos a sugestão de V. Ex^a e iremos encaminhá-la ao Colégio de Líderes, haja vista que também entendemos que é de suma importância que hajam realmente esses debates.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só estou pedindo a palavra, pela Ordem, para dizer que o que nós temos que fazer é obedecer o Regimento Interno. Esse negócio de reunião de Colégio de Líderes não serve para nada, pois tudo que for decidido lá, se não bater com o Regimento Interno, na verdade, não vai significar nada para nós aqui.

Portanto, como Líder do PMDB, eu quero dizer que nós temos é que cumprir o Regimento Interno. Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Inclusive será colocado isso ao Colégio de Líderes e, se houver um entendimento de se cumprir cem por cento o Regimento Interno, nós deveremos, sim, segui-lo, haja vista que o Colégio de Líderes tem autonomia para decidir.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Já foi decidido que é para cumprir o Regimento Interno. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Passemos à Ordem do Dia.

Requerimento de autoria do Deputado Eliene, solicitando a convocação de uma Sessão Especial para o dia 22 de março, às 20:00 horas, com a finalidade de comemorar o 95º aniversário do *Rotary* Internacional e homenagear os rotarianos.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Esgotada a pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA)...

O Sr. Gilney Viana - Sr. Presidente, peço a minha inscrição nas Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, eu queria assumir a tribuna, para fazer uma observação sobre o Governo Dante de Oliveira. E, agora, eu quero elogiá-lo - eu gosto de elogiar - porque ele tomou uma decisão importante.

V. Ex^a sabe, Deputado Joaquim Sucena, que nós, da Oposição, lutamos muito para que fossem apuradas as denúncias de que tinham ocorrido falcaturas, desvios, irregularidades, corrupção, na SEFAZ, na Secretaria de Fazenda. E foi nomeada uma Comissão tripartite: a Procuradoria-Geral do Estado, a Procuradoria-Geral da República, e inclusive os serviços burocráticos da própria Secretaria de Fazenda foram colocados à disposição para essa investigação. E, depois de alguns resultados, culminou com a nomeação de alguns servidores que teriam estado implicados em atos lesivos ao patrimônio do Estado, em atos de corrupção mesmo. Pelo menos foi isso que se apurou.

Eu gostaria de dizer que eu não tenho acesso aos dados e estou tomando pelo que é público e pelo o que as pessoas responsáveis assinaram, no caso o Procurador-Geral da República do Estado de Mato Grosso e a Procuradoria-Geral do Estado, que pediu a demissão de um líder sindical.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Vejam bem, naquela ocasião a Imprensa colocou que o Governo, que a Secretaria de Fazenda, particularmente o Secretário, não tinha concordado com a demissão e que as opções foram colocadas ao Sr. Governador e ele optou por seguir a orientação da Procuradoria, demitindo-o.

Olha, eu gostaria de dizer aqui, que, particularmente, nós, do Partido dos Trabalhadores e acredito que nós da Oposição, eu particularmente não tenho, não temos nenhuma relação pessoal com um cidadão ou com outro. E não se trata disto aqui. Trata-se do seguinte: é preciso que o Governo sinalize para a população que de um lado as denúncias tinham fundamento, então, o Governo tinha que apurá-las, através dos órgãos apropriados, respeitando os direitos do cidadão de ser ouvido, de ampla defesa dos direitos constitucionais. Agora, é o seguinte: o Governo não pode ser leniente, o Governo não pode ser fraco na hora de tomar a decisão, sob pena de ser conivente com a corrupção. E aí, se é verdadeiro que o ato do Governador foi positivo nessa linha - e é por isso que eu falo quando elogio, é verdade também que a apuração só está na metade, e que outros nomes surgiram, estão nominados, e até agora não se tomou as devidas providências.

Nós da Oposição, particularmente nós do Partido dos Trabalhadores, vamos aguardar com a vigilância que nos é peculiar - e acredito que os outros devam ter também - pois o dinheiro público não pode ser dilapidado, ser malversado, ser roubado, por quaisquer que sejam os investidos de autoridades, seja do serviço público, seja em comissão, seja em cargos públicos eletivos. E é por isso que se a sinalização, se a opção desse caso específico desses líderes sindicais indica que se vá a fundo na apuração da corrupção da SEFAZ, até as últimas consequências, isso vai ter o apoio do Partido dos Trabalhadores, vai ter, doa a quem doer, porque nós não podemos suportar...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. GILNEY VIANA - ...não podemos suportar que denúncias de corrupções se sucedam uma a outra e que as apurações se sucedam uma a outra “pizza”, como se diz, semeada com um “pouquinho de *catchup* e mostarda”.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu quero, Deputado Gilney, parabenizá-lo pelo seu discurso, mas quando nós, tanto o PT quanto o PMDB, fizemos a denúncia da “máfia do Fisco”, da corrupção da “máfia da madeira”, do combustível, do frigorífico, mostrando documentação, entrando no Ministério Público, e quando nós entramos com uma CPI do Fisco, aqui na Assembléia Legislativa, a Bancada do Governo não quis, realmente, que essa CPI fosse aberta, isso está demonstrando que o Governo quer fazer uma “meia investigação”, porque se ele quisesse fazer uma investigação completa e quisesse descobrir a verdade, a Bancada Governista votaria na CPI para investigar a “máfia” dessa corrupção que está aí no Governo dele.

Hoje, nós queremos aqui colocar, Deputado Gilney, que o envolvimento não é só dos “lambaris”, não é só dos fiscais, tem muito “tubarão” envolvido no meio. E, na verdade, o Governo está acobertando, está somente querendo justificar para a sociedade que ele está fiscalizando.

Então, esse discurso é um discurso, sim, de V. Ex^a, até purista, por achar que o Governo vai a fundo, e ainda parabenizá-lo por ir a fundo. Não vai a fundo coisa nenhuma! “A corda sempre arrebenta para o mais fraco”, e é o que está acontecendo nesse Governo do Estado.

Eu quero dizer a V. Ex^a que nós já estamos com sete assinaturas no Requerimento de solicitação de CPI do Fisco e estamos convidando qualquer Deputado que queira assinar esse Requerimento - falta mais uma assinatura - e nós, se Deus quiser, oxalá, quem sabe, poderemos fazer essa investigação e ajudar o Ministério Público Federal.

O SR. GILNEY VIANA - Muito obrigado, Deputado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.

Permita-me discordar de V. Ex^a nos seguintes pontos: primeiro, a nossa posição em relação à CPI e apuração independe de seu discurso e da posição do PMDB, mas nós estamos juntos nessa luta - vamos deixar logo claro; segundo, nós somos daqueles que somos muito bons na crítica e, às vezes, somos muito parcimoniosos em reconhecer quando a coisa é correta, particularmente do adversário. Não é a minha atitude - eu gostaria de dizer isso -, mesmo porque eu quero incentivar o Governo a fazer a coisa correta, porque, em ele não fazendo correto, eu quero redobrar a minha crítica. Essa é a minha posição, porque, se ele foi ativo para punir o “bagrinho”, o “peixe pequeno”, ele tem que ter, na mesma proporção, atitude para punir o dito “peixe grande”, como V. Ex^a colocou, e nesse ponto de vista eu estou de acordo com V. Ex^a. Mas eu acredito que o Governo teme mais a CPI, Deputado, - deixe-me falar uma coisa para V. Ex^a - não é só pela questão da SEFAZ, o Governo teme a CPI porque nenhum Governo, e particularmente o Governo governante, sabe onde vai parar a CPI. Essa é a questão. Nós lamentamos que os Deputados aqui não nos tenham dado a oportunidade para que nós façamos uma investigação do Poder Legislativo, porque a investigação que está se fazendo lá é a investigação do Poder Executivo e do Poder Judiciário, ou do Ministério Público, que é uma faceta, vamos dizer assim, autônoma do Poder Judiciário.

Agora, tem uma coisa, até onde eu tenho informação, Deputado Zé Carlos do Pátio, a investigação do Ministério Público está se conduzindo com correção e está apontando responsabilidades. Então, nós não podemos, sob risco...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex^a me concede um aparte, Deputado?

O SR. GILNEY VIANA - ...de cair no ridículo, desvalorizar aquilo que positivamente...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu registro aqui, muito claro, um registro claro, Deputado, que nós não podemos negar o trabalho, o papel, que o Dr. José Pedro Taques está fazendo no Ministério Público Federal quanto a essa investigação. Aliás, a nossa salvação está sendo essa. E o que nós pudermos contribuir, a partir de diálogo, nós vamos contribuir. Isso não significa que nós estamos aqui parados, esperando as coisas acontecerem.

O SR. GILNEY VIANA - Não! As coisas são concomitantes, mas guardam autonomia. O Ministério Público está fazendo um bom trabalho, não só a pessoa do Procurador, Dr. José Pedro Taques, tem sido destacada nesta investigação, mas também a Procuradoria do Estado, e nós não podemos menosprezá-los. Estamos confiando, nós demos um voto de confiança, aquele voto de confiança que nós não damos ao Governo, nós damos ao Ministério Público. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Não havendo mais oradores inscritos nas Explicações Pessoais, antes de encerrar a presente Sessão, convoco todos os Deputados para a próxima Sessão, terça-feira, às 20:00 horas. Está encerrada a Sessão.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Deputado Baú, Carlos Brito, Carlão Nascimento, Pedro Satélite, Rene Barbour, Wilson Teixeira Dentinho e Nilson Leitão; da Bancada do Partido da Frente Liberal: Emanuel Pinheiro, Joaquim Sucena e Moisés Feltrin; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Zé Carlos do Pátio e Silval Barbosa; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shessarenko; do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut (PL), Benedito Pinto (PSDB), Eliene (PSB), José Carlos Freitas (PPB) e Túlio Fontes (PSDB).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2000, ÀS 08:00
HORAS.

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados Riva, do PSDB; Nico Baracat, do PMDB; Hermínio J. Barreto (PL) (EM MISSÃO OFICIAL), Humberto Bosaipo (PPS) e Romoaldo Júnior (PPS), do Bloco Parlamentar Socialista.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Maria Aparecida V. Beretta
Conferida por Regina Céli Arruda